

CULTURA

Património Cultural, I. P.

Anúncio n.º 282/2024

Sumário: Abertura do procedimento de classificação do Criptoportico de Felicitas Iulia Olisipo, também conhecido como Galerias Romanas da Rua da Prata, em Lisboa.

Abertura do procedimento de classificação do Criptoportico de *Felicitas Iulia Olisipo*, também conhecido como Galerias Romanas da Rua da Prata, em Lisboa.

1 – Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, faço público que, por meu despacho de 21 de outubro de 2024, exarado sobre proposta do Departamento dos Bens Culturais, foi determinada a abertura do procedimento de classificação do Criptoportico de *Felicitas Iulia Olisipo*, também conhecido como Galerias Romanas da Rua da Prata, no subsolo dos edifícios situados na Rua da Conceição, 63 a 81 e 60, na Rua da Prata, 45 a 65 e 46 a 64, e na Rua de São Julião, 76 a 106 e 63 e 63-A, Lisboa, freguesia de Santa Maria Maior, concelho e distrito de Lisboa.

2 – O sítio em causa está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

3 – O sítio em vias de classificação e os imóveis localizados na zona geral de proteção (50 metros contados a partir dos seus limites externos) ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente, os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da referida lei, e o n.º 2 do artigo 14.º e o artigo 51.º do referido decreto-lei.

4 – Nos termos do artigo 11.º do referido decreto-lei, os elementos relevantes do processo (fundamentação, despacho e planta do imóvel em vias de classificação e da respetiva zona geral de proteção) estão disponíveis nas páginas eletrónicas dos seguintes organismos:

a) Património Cultural, I. P., www.patrimoniocultural.gov.pt (Salvaguarda/Consultar/Despachos de Abertura e Arquivamento/2024);

b) CCDR de LVT, IP, www.ccdr-lvt.pt;

c) Câmara Municipal de Lisboa, www.cm-lisboa.pt.

5 – O interessado poderá reclamar do ato que decide a abertura do procedimento de classificação, nos termos e condições estabelecidas no Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

5 de novembro de 2024. – O Presidente do Conselho Diretivo, João Soalheiro.

318321474